



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 176988 - DF (2021/0001461-9)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 14ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - SJ/DF
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE CAMPO GRANDE - SJ/MS
INTERES. : DAMAIDER RIVERO ILISASTIGUI
ADVOGADO : ARTHUR MENEGHEL BARCELLOS DA COSTA - DF054326
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO FEDERAL DA 14ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA (SJ/DF), suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 2ª. VARA DE CAMPO GRANDE (SJ/MS), suscitado.

O objeto deste conflito é o processamento e o julgamento de mandado de segurança, c/c pedido expresso de tutela provisória de urgência, ajuizada em 20 de maio de 2019, em que postula sua imediata reincorporação no Programa Mais Médicos Pelo Brasil (fls. 2-15).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Verifica-se a existência de pedido de liminar sem a demonstração de que foi realizada sua apreciação pelo juízo. Em razão disso, é prudente a designação de um dos juízos envolvidos neste conflito para decidir as medidas urgentes.

Levando em conta o entendimento jurisprudencial do STJ, de que nas causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na Seção Judiciária em que for domiciliado o autor, designo o Juízo suscitado para responder pelas aludidas medidas.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. ART. 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. FACULDADE CONFERIDA AO IMPETRANTE.

1. O STJ, seguindo a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal, entende que as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na Seção Judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda, ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

2. Optando o autor por impetrar o mandamus no seu domicílio, e não naqueles outros previstos no § 2º do art. 109 da Constituição Federal, não compete ao magistrado limitar a aplicação do próprio texto constitucional, por ser legítima a escolha da parte autora, ainda que a sede funcional da autoridade coatora seja no Distrito Federal, impondo-se reconhecer a competência do juízo suscitado.

3. Conflito de Competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 2ª Vara de Barueri - SJ/SP, ora suscitado. (CC n. 169.239/DF, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 5/8/2020.)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. ARTIGO 109, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO NO DOMICÍLIO DO AUTOR. FACULDADE CONFERIDA AO IMPETRANTE. PRECEDENTES.

1. O STJ, seguindo a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal, entende que as causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na Seção Judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda, ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

2. Optando o autor por impetrar o mandamus no seu domicílio, e não naqueles outros previstos no § 2º do art. 109 da Constituição Federal, não compete ao magistrado limitar a aplicação do próprio texto constitucional, por ser legítima a escolha da parte autora, ainda que a sede funcional da autoridade coatora seja no Distrito Federal, impondo-se reconhecer a competência do juízo suscitado.

3. Nesse sentido: AgInt no CC 158.943/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 17/12/2018; AgInt no CC 154.470/DF, Rel.

Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 18/04/2018; AgInt no CC 153.724/DF, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 16/2/2018; AgInt no CC 148.082/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 19/12/2017.

4. Agravo Interno não provido. (AgInt no CC n. 166.313/DF, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 7/5/2020.)

Ante o exposto, designo o JUÍZO FEDERAL DA 2ª. VARA DE CAMPO GRANDE (SJ/MS), ora suscitado, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes e decidir inclusive sobre o pedido de tutela de urgência postulado na inicial do mandado de segurança, caso ainda não tenha sido examinado.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas informações, em 10 dias, nos termos do art. 954, caput, do Código de Processo Civil.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente